

O Barulhento Charme da Antidemocracia: Construção e Fundamentação do Apoio ao Intervencionismo Militar¹

Álvaro César Cavalcante SILVA²

Luiz SIGNATES³

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

O presente trabalho busca compreender a construção e fundamentação das ideias sustentadas pelos apoiadores do intervencionismo militar. A pesquisa foi realizada com uso de entrevistas narrativas e posterior análise do discurso. Foi descoberto, no findar do exercício analítico, que os entrevistados apresentavam um encadeamento de fatores que os conduziam para o apoio irrestrito ao militarismo. O medo, a adoção da ideologia fascista, o desejo de destruir a democracia e erigir outro Estado, e a participação na opinião pública para angariar espaço e validade discursiva: características que, aglutinadas, compõem a práxis desses indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura; política; opinião pública; opinião política; comunicação.

INTRODUÇÃO

Em 2013, eclodiram em vários estados manifestações de rua preocupadas, a princípio, com o aumento da passagem do transporte público. Os movimentos que tomaram as ruas durante as agora conhecidas como “Jornadas de Junho” foram caracterizadas por uma ínfima homogeneização de discursos. O que começou como um modo de protestar contra o aumento da tarifa dos ônibus passou a ser compreendido como uma oportunidade de criticar os problemas que o Brasil tem passado, entretanto, com um caráter notoriamente apartidário. As camadas populares presentes nos protestos contemplavam todo o espectro socioeconômico brasileiro, o que é corroborado por discursos que, por exemplo, condenavam a mercantilização da saúde e seus serviços e outros que exigiam a redução de impostos (SAMPAIO JR., 2013). Percebe-se, portanto,

¹ Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 13 a 15 de junho de 2018.

² Graduado do Curso de Relações Públicas da FIC-UFG, e-mail: alvaro.sandman@hotmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FIC-UFG, e-mail: signates@gmail.com

que, apesar dos protestos serem direcionados contra o aumento das passagens do sistema de transporte público (em suma, uma reivindicação proletária), as manifestações foram imbuídas por diversas correntes que, inclusive, contradiziam a tradição esquerdista das manifestações de rua. Ocorreram inúmeras tentativas, por parte da mídia tradicional, de excluir e condenar os movimentos e partidos de esquerda pela participação nas manifestações⁴ em detrimento de correntes de extrema-direita.

As manifestações de 2013, no entanto, foram apenas um preâmbulo para o caos que o país começou a atravessar, e ainda atravessa. O mundo tornou-se um celeiro para a extrema-direita, o nacionalismo retomou a sua escalada no pêndulo do tempo e o termo populismo tornou-se, ironicamente, popular.

O retorno do militarismo como solução foi veiculado como uma reação às crises econômica e política em voga. Para uma democracia tão frágil e recente como a brasileira e com diversas crises de representatividade política, potencializadas por problemas econômicos e sociais, além dos mais diversos escândalos envolvendo o Partido dos Trabalhadores, tradicionalmente associado à esquerda, a ascensão do discurso supracitado ameaça o livre exercício das faculdades sociais e políticas dos brasileiros.

Para tanto, é necessário se debruçar e empreender um esforço analítico no intuito de compreender como e por que os apoiadores do militarismo promovem, no seu agir comunicativo, sinônimo pleno e inequívoco de liberdade e democracia, promovem o esvaziamento desta forma de governo e apoiam o retrocesso político no seio da opinião pública.

CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Apesar do locus desse trabalho ser localizado na contemporaneidade democrática brasileira, o estudo do discurso pró-ditadura deve levar em consideração o que é, de fato, uma ditadura e as suas mais diversas definições políticas.

⁴ Se a tentativa de despolitizar e esvaziar o conteúdo social das manifestações é nítida, há um ponto que merece uma análise mais cuidadosa: a tentativa de instrumentalização dos protestos por movimentos de extrema-direita. Nas redes sociais, as tentativas de apropriação dos movimentos para finalidades as mais estranhas e diversas à sua lógica são inúmeras, indo desde a defesa do impeachment da presidente da República (uma proposta que era apresentada descolada de qualquer transformação mais profunda, reduzindo o problema exclusivamente ao PT e à corrupção, que supostamente teria iniciado apenas nos governos comandados por este partido) até a defesa explícita de um Golpe Militar. (CALIL, 2013, p. 387)

Além do exame do regime de exceção, o trabalho contemplará a definição de democracia para ampliar a compreensão da importância dos meios de comunicação e os seus usos para a política. Por mais que a Comunicação tenha sido utilizada como um elemento estruturador de regimes autoritários, mesmo em tal agrura, ela é, essencialmente, um modo de ser da democracia⁵.

Portanto, é necessário abandonar a concepção de que os meios de comunicação somente instrumentalizam a política, sendo que “será tão mais democrática uma sociedade, quanto forem livres e fortes os processos de produção e circulação social de sentidos” (SIGNATES, 2012, p. 12). Levando em consideração que a liberdade de expressão é uma característica intrínseca à democracia, concebe-se, enfim, que os meios de comunicação e os seus usos exercem papéis cruciais na manutenção, inclusão e participação do jogo político e democrático.

A robustez do arcabouço teórico para o exame dos processos políticos discutidos aqui é caracterizada, por fim, por conceituações de ditadura e democracia.

DEMOCRACIA

A democracia, na sua concepção original a partir das antigas repúblicas gregas e romanas, foi idealizada como um sistema em que o povo é detentor e praticante do poder político (BOBBIO, 2007). É importante frisar, no entanto, que nem todos participavam do processo democrático porque “a democracia antiga já era considerada como o governo da maioria, não da totalidade do povo” e, com efeito, “governavam os cidadãos, e nem todas as pessoas possuíam direitos cívicos” (MALUF, 1995). Na gênese da sua caracterização, a democracia era definida pelo número de governantes em exercício⁶.

No classicismo grego, portanto, tal sistema era integrante da tripartição de formas de governo (as outras sendo a aristocracia e monarquia) de acordo com um critério

⁵ (...) é o jogo comunicacional o que torna possível a existência e a administração do contraditório nas disputas eleitorais; a própria figura do voto não é outra coisa senão o modo pelo qual o cidadão emerge como eleitor, ao gerar a informação para o sistema democrático de sua vontade política, em relação às forças em disputa; e, por fim, as condições essenciais de liberdade da fala e da formação de opinião, que constituem direitos humanos universais, mediante os quais a ética democrática se consolida em todos os seus aspectos. (SIGNATES, 2012, p. 12)

⁶ (...) a democracia é uma das três possíveis formas de governo na tipologia em que as várias formas de governo são classificadas com base no diverso número dos governantes. Em particular, é a forma de governo na qual o poder é exercido por todo o povo, ou pelo maior número, ou por muitos, e enquanto tal se distingue da monarquia e da aristocracia, nas quais o poder é exercido, respectivamente, por um ou por poucos. (BOBBIO, 2007, p. 137)

numérico. A posteriori, outros critérios como o exercício do poder – “ser o governo dos muitos com respeito aos poucos, ou dos mais com respeito aos menos, ou da maioria com respeito à minoria ou a um grupo restrito de pessoas” (BOBBIO, 2007) – e outros foram criados para otimizar a acurácia do conceito⁷, como realizado pelo jurista austríaco Hans Kelsen na sua obra “Teoria Geral do Direito e do Estado”. O critério do austríaco residia precisamente na liberdade política, desembocando na legislatura, o que demonstra as mudanças ocorridas ao longo do tempo⁸.

Por fim, pode-se dizer que a tríplice dos gregos foi superada, com a dualidade República (com a democracia absorvida) e Autocracia (com a monarquia e aristocracia absorvidas) preponderante (BOBBIO, 2007). É notório o fato que havia uma preocupação anterior com os limites populacionais e demográficos, tanto que, na Grécia antiga, “chegou mesmo a afirmar que o Estado não deveria ir além do número de pessoas às quais pudesse chegar a voz do Orador” (MALUF, 1995, p. 275). O tempo moderno⁹, por fim, tornou a organização social paulatinamente mais complexa devido ao crescimento populacional e a dimensão dos Estados.

DITADURA

Para que possamos, acima de tudo, pensar discursivamente o regime militar brasileiro, é necessário formular a seguinte questão: como é caracterizado um regime militar? Entende-se que a democracia, há tempos, é considerada um modelo governamental que se adaptou melhor às sociedades mais desenvolvidas (BOBBIO, 2007,

⁷ Um Estado é considerado uma democracia ou uma aristocracia se a sua legislação tiver natureza democrática ou aristocrática (...) um Estado é classificado como uma monarquia porque o monarca surge juridicamente como o legislador (...) (KELSEN, 2000, p. 406)

⁸ Sobre a conceituação do austríaco, Norberto Bobbio participa: A distinção entre democracia e autocracia está fundada num critério completamente diverso, por sua vez inspirado na observação de que o poder ou ascende de baixo para o alto ou descende do alto para baixo. Para justifica-la, Kelsen serve-se da distinção entre autonomia e heteronomia: democráticas são as formas de governo em que as leis são feitas por aqueles aos quais elas se aplicam (e são precisamente normas autônomas), autocráticas as formas de governo em que os que fazem as leis são diferentes daqueles para quem elas são destinadas (e são precisamente normas heterônomas). (BOBBIO, 2007, p. 139)

⁹ No mundo moderno, porém, a democracia surgiu sob a forma indireta ou representativa. Manteve-se o princípio da soberania popular (todo poder emana do povo e em seu nome será exercido), transferindo-se o exercício das funções governamentais aos representantes ou mandatários do povo. Democracia e representação política tornam-se, no mundo moderno, ideias equivalentes: fala-se em democracia e subentende-se o sistema representativo de governo. Realmente, o Estado moderno, pelo aperfeiçoamento dos meios de comunicação, superou os obstáculos do número e da distância, colocando em pleno funcionamento o mecanismo das representações, mantendo contacto imediato com as imensas populações, a tal ponto que se chega a conceber a formação de Estados continentais e até mesmo de um Estado mundial. (MALUF, 1995, p. 275-276)

p. 158). Entretanto, termos que são utilizados para nomear formas de governo não-democráticos como tirania, despotismo e autocracia derivam da antiguidade clássica (BOBBIO, 2007, p. 159) e, com isso, entende-se que o exercício do poder pelo uso da força ou delegado a uma ínfima parcela da população não é algo recente.

Bobbio argumenta posteriormente que a ditadura destoa das demais modalidades monocráticas de exercício do poder; tal sistema é reconhecido pelo método de legitimação, especificamente o estado de necessidade. Esse estado de necessidade, no entanto, para o ditador moderno, implica na resolução de crises que ameacem do regime político em voga e, portanto, “recebe o próprio poder de uma auto-investidura ou de uma investidura simbolicamente – mas só simbolicamente – popular, e assume um poder constituinte.” (BOBBIO, 2007, p. 162).

De todo modo, ainda é necessário delinear características gerais para a definição do que é ditadura. Stoppino (1998) escreve que as três características definidoras das ditaduras modernas são “a concentração e caráter ilimitado do poder; as condições políticas ambientais, constituídas pela entrada de largos estratos da população na política e pelo princípio da soberania popular; a precariedade das regras de sucessão no poder” (p. 373).

IDEOLOGIA, LEGITIMIDADE, OPINIÃO PÚBLICA E OPINIÃO POLÍTICA

Para a definição de ideologia¹⁰ que norteará esse trabalho, será utilizada a formulada por Zbigniew Brzezinski e, com esta escolha, procura-se compreender ideologia como um plano de ação do devir político, circunscrito na especificidade histórica, longe de conceituações estanques e pouco dinâmicas.

Pode-se depreender do que foi concebido pelo autor polonês o pendor para a sistematização e execução dum programa específico, endossado por uma série de assuntos que, observados no cotidiano, não podem ser demovidos da pauta. O que parece distinguir essa definição de todas as outras é justamente o componente que guia como uma ideologia política, na sua essencialidade, é criada: os assuntos são imbuídos por uma miríade de elementos que revelam e combinam uma medida de inconformidade sobre um tempo

¹⁰ (...) um programa adaptado para a ação de massa, derivado de determinados assuntos doutrinários sobre a natureza geral da dinâmica da realidade social, e que combina certos assertos sobre a inadequação do passado e/ou do presente com certas tendências explícitas de ação para melhorar a situação e certas noções sobre o estado final e desejado de coisas. (BRZEZINSKI, 1962, p. 4-5 apud STOPPINO, 1998, p. 587)

específico (“passado e/ou presente”), certa inclinação para a ação e a construção de uma determinada consciência do que seria o ideal (ou “estado final”). Portanto, observa-se aqui o processo inconformidade-prática-ideal.

Mas o que torna a ideologia legítima? A legitimidade política, por sua vez, é a “legalidade acrescida de sua valoração” (BONAVIDES, 1994, p. 112); essa condição de poder suscita questões sobre a justificativa e aceitação da intervenção do poder na dinâmica social. Em outras palavras: o exercício do poder, em consonância com as leis, pelo ente estatal não é a única forma de avaliar se tal exercício possui validade.

Percebemos que ocorre uma convergência: o anseio popular pelo retorno ditatorial constitui-se na construção de uma ideologia como um plano de ação política, que é legítima por ter fulcro na livre expressão democrática e na imagem de um ideal popular (DUVERGER, 1970), que é manifestada dentre os cidadãos através da dialética característica da opinião pública (entre os membros da sociedade) e da opinião política (entre a sociedade e o Estado). É importante frisar que a inconformidade popular é incorporada: o caráter esquerdista do Partido dos Trabalhadores e as crises sofridas pelo Brasil na atualidade são subsumidas numa espécie de ameaça esquerdista sobre o país. A autora Sabrina Steinke sintetiza como a ameaça esquerdista (a inconformidade), o golpe de estado (a prática) e um Brasil sem o “caos” implantado pela “ameaça comunista” (o estado final) foram pequenos blocos articulados no intuito de constituir uma ideologia política que apoiasse o golpe militar de 1964 no Brasil (STEINKE, 2017). Portanto, em concordância com o que foi dito antes, a urgência coletiva de sanar os problemas sociais é fruída e sintetizada num corpulento conjunto político, cuja expressão é ideológica.

Opiniões pública¹¹ e política¹² aqui são caracterizados por elementos de cooperação: construção de consenso em torno de assuntos de interesse coletivo comum,

¹¹ O seu carácter é de ordem racional: resulta de trocas discursivas (processos de opinião) sobre matérias de interesse comum, estabelecidas numa base de liberdade e autonomia dos indivíduos, que têm em vista constituir opiniões vinculativas. A figura comunicacional que melhor as ilustra é a de um consenso (que se pretende alcançar), mas basicamente enquanto ideal normativo, e não como uma realidade empírica indiscutível; neste plano deve ser admitida a possibilidade de outros tipos de acordo razoáveis (ESTEVEZ, 2010, p. 22)

¹² Do ponto de vista político, a opinião pública é apresentada com o a voz do povo, servindo de ponte para dois mundos que cada vez mais são percebidos como distantes – o dos governantes e dos governados – e, nessa medida, constitui, não só uma forma de legitimação da ação política da qual deriva o seu poder do consentimento dos governados, como um sentido de poder dos governados; do ponto de vista social, o termo remete para uma forma de “horizonte da sociabilidade”, normalmente traduzido pela expressão “o que os outros pensam” – uma dimensão que, mesmo sem significar necessariamente a interiorização de expectativas dos outros, significa pelo menos uma forma de nos posicionarmos face a uma comunidade mais vasta com a qual partilhamos interesses que vão para além do nosso, puramente pessoal (SILVEIRINHA, 2010, p. 411)

e o próprio endosso da legitimação da ação política do governo. Entretanto, os conceitos empregados aqui são os inseridos na ordem democrática; numa ditadura, as opiniões pública e política sofrem pesadas intervenções para construção e manutenção da legitimidade política (ARENDR, 1989), além da impossibilidade de apreciação e opiniões contraditórias ao regime. Permanece implícita, no cerne do apoio e construção de ideias acerca de uma possível intervenção militar, uma tensão irresistível: aprovação e divulgação de ideias antidemocráticas dentro da lógica democrática vigente.

METODOLOGIA

Os aspectos basilares que compõem o meandro da defesa de uma possível intervenção militar, nessa perspectiva de negociata da opinião pública, ainda permanecem inconspícuos. Para nortear as investigações sobre o tema, por fim, se faz necessária a formulação da seguinte questão-problema: de que forma as pessoas que defendem a intervenção militar no Brasil fundamentam e constroem as suas ideias?

Para que a indagação supracitada seja respondida, o presente trabalho foi norteador por quatro objetivos específicos que procuram, quando integrados, abraçar e solucionar a questão-problema. O primeiro objetivo específico, que consiste na apreensão dos conceitos de democracia, ditadura, ideologia, legitimidade e opiniões pública e política, necessários para o endosso teórico do trabalho, foi trabalhado com fulcro no método de pesquisa bibliográfica. As etapas de formulação do problema, elaboração do plano de trabalho, localização das fontes e obtenção do material e leitura foram seguidas de acordo com o que foi formulado por Antônio Carlos Gil na sua obra “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social” (2008). O método consiste na utilização de obras bibliográficas para a fundamentação teórica adequada à pesquisa.

A identificação de características dos públicos que defendem a intervenção militar na contemporaneidade e a busca por saber como ocorre a fundamentação e construção das ideias dos mesmos contemplaram os segundo e terceiro objetivos específicos, respectivamente. Para tanto, foi utilizado o método de entrevista individual. Antes de todas as entrevistas realizadas, segundo o consentimento do entrevistado, foi registrado a idade, ocupação, formação acadêmica e posição política do entrevistado. Esse método foi escolhido por conferir celeridade e diversidade ao processo de coleta de dados, viabilizando a classificação e quantificação dos dados, além de permitir “trabalhar com a

entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto” (NETO, 1994, p. 58).

No bojo do emprego da entrevista individual, residem, de acordo com Gaskell (2003), etapas que devem aproar a práxis: preparação do tópico de orientação geral, escolha do método de entrevista, uso de algum advento para a escolha dos entrevistados, e, por fim, conseqüente execução, transcrição e análise das entrevistas.

A entrevista individual foi endossada pelo uso do método da entrevista narrativa. Pela natureza da pesquisa, cujo ponto nevrálgico reside na confluência entre passado, presente e o devir na política, o préstimo da modalidade reside no fato de que “comunidades, grupos sociais e subculturas contam histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida” (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2003, p. 91).

As entrevistas foram realizadas mediante uma lista prévia de quatro temas, e registradas, caso houvesse o consentimento do entrevistado, eletronicamente; com o uso do recurso tecnológico, a apuração dos dados torna-se uma tarefa que pode ser mais cuidadosa. O registro das entrevistas foi realizado através de um celular, com uso do aplicativo “Gravador de Voz Fácil”.

O escopo de pessoas foi limitado em oito participantes e a técnica de amostragem será aleatória por conveniência; a quantidade de entrevistados reflete a grande quantidade de dados que podem ser transcritos e analisados das entrevistas, o que também corrobora a celeridade exigida na confecção do trabalho ante um cronograma apertado. A escolha da técnica de amostragem se deu pela facilidade de acesso dos elementos a serem trabalhados e pelo pouco tempo disponível para a consecução da tarefa, entretanto, com o diferencial da triagem entre os potenciais entrevistados de acordo com o apoio ao retorno do governo militar.

Para a execução do quarto e último objetivo específico, que é utilizar o esforço analítico dos objetivos específicos para saber de que forma as pessoas que defendem a intervenção militar fundamentam e constroem as suas ideias, foi realizada a análise qualitativa dos dados em diversas etapas. Das entrevistas captadas, trechos que podem dialogar com o objetivo-geral foram identificados, separados em categorias e imbuídos em uma posterior discussão do conteúdo.

As categorias foram construídas, nomeadas e apartadas de acordo com os trechos das entrevistas que, ao longo da contemplação dos dados, pudessem ser aglutinados

acerca de algum assunto que fosse significativo para a consecução deste trabalho. Esse grande denominador comum, contudo, foi endossado por três elementos que comprovassem a escolha pela categoria: regularidades, discrepâncias e intensidades.

Os trechos foram decompostos em elementos que, em forma e conteúdo, revelassem padrões e repetições de conteúdo (regularidades), rupturas e/ou antinomias com os discursos revelados pelos trechos de determinada categoria (discrepâncias), e trechos que foram pronunciados de modo pouco usual pelo entrevistado, o que evidenciaria um certo conteúdo ali implícito (intensidades).

DADOS COLHIDOS E ANÁLISE

Os trechos decompostos foram separados em dezessete categorias que atendessem aos quesitos de regularidades, discrepâncias e intensidades, com o afã último de cumprir os objetivos do labor acadêmico no qual este artigo se ancora. As categorias foram as seguintes: desesperança com a democracia, direitista, ditadura, Bolsonaro, esquerdista, ineficácia estatal, insegurança urbana, nacionalismo, pena capital, valores tradicionais, economia, pessimismo perante o futuro brasileiro, cidadão de bem, corrupção, desemprego, PT e ex-presidentes. As categorias que apresentaram um maior volume de dados e que apresentaram-se, vale dizer, estritamente relevantes para o trabalho foram, em ordem decrescente de citações: desesperança com a democracia, direitista, ditadura, Bolsonaro, esquerdista, ineficácia estatal, insegurança urbana e nacionalismo.

Os dados colhidos em campo são absolutos na formulação de três teses quando da discussão com os autores: a insegurança urbana como combustível do autoritarismo engendrado pelos entrevistados, demonização da democracia de modo que um regime ditatorial implantado no Brasil seria uma alternativa viável para a solução dos problemas do país, e orgulho identificado durante as entrevistas no que se referiu ao posicionamento político adotado, com dois padrões: os participantes são adeptos do militarismo e do nacionalismo. Tais conclusões nos ajudam a identificar como os defensores do intervencionismo militar no Brasil fundamentam e constroem as suas ideias no que se refere aos seus argumentos, visões de mundo e práxis social.

Faz-se mister pontuar que, nas entrevistas, fica claro que os entrevistados realizam conexões, enquanto temas durante os relatos, entre as categorias: desesperança com a democracia – ditadura – ineficácia estatal – Bolsonaro e direitista – nacionalismo, com a

categorias esquerdista permeando todas as entrevistas. Um governo democrático é considerado fraco perante os problemas brasileiros e crises conexas, logo, uma ditadura pode ocupar o vácuo de alternativas no rastro de um Estado ineficaz. O Brasil atravessa um período de instabilidade política e econômica, e tal ambiência possibilita a rememoração nostálgica dos anos ditatoriais no país, e de modo conexo, o intervencionismo militar chega como uma aposta na resolução dos problemas brasileiros. A posteriori, tendo em vista o potencial de salvação do Brasil que é conferido ao regime ditatorial, esse modelo de governo poderá tornar-se legítimo mediante boa atuação administrativa.

O nome do candidato Jair Messias Bolsonaro se coaduna com as categorias supracitadas como uma alternativa válida para o Brasil nas próximas eleições presidenciais, entretanto, o esteio para tal aprovação se dá pela correlação entre o ideário do deputado e o dos entrevistados. De modo controverso, Bolsonaro também foi identificado como alguém que deveria ser votado simplesmente por não haver melhores opções nas urnas, ou seja, é a opção menos danosa diante da impossibilidade dum cenário de disputa presidencial ideal.

O conexo direitista-nacionalismo consta nos dados de acordo com o que os entrevistados apontaram uma aglutinação de condutas sob o que pode-se definir como práxis direitista; contudo, noutra momento de investigação das entrevistas, ocorreu a caracterização da práxis direitista também pela contraposição às condutas esquerdistas. A militância nas redes sociais, a repulsa ante o dogmatismo religioso, o desejo da emancipação escolar e a militância em manifestações nos espaços públicos urbanos são os elementos que balizam essa busca pela diferença. Por fim, outro fator identificado foi constituído pelo orgulho pronunciado em ser de direita. O direitista, balizado pela sua práxis, é constituído por uma série de condutas que são consoantes ao posicionamento político adotado, o que desemboca na negação ante às condutas esquerdistas. O direitista, inclusive, é cioso do posicionamento político adotado, num movimento de elevação moral.

De acordo com os dados, os entrevistados compreenderam a posição política de direita como relacionada ao conservadorismo, valorizadora da prosperidade individual e da objetividade, e favorável ao capitalismo. Em suma, ocorreu a aglutinação de determinadas concepções sob o que pode-se definir como uma espécie de modo de ser quando pertencente à posição política de direita, ou, em suma, práxis direitista.

Em todas as entrevistas e, portanto, categorias, ocorreu a vinculação de ser esquerdista com práticas criminosas e/ou de lesa-sociedade. Ser esquerdista é tomado, além de sinônimo de ser comunista, como alguém que pratica atos terroristas e/ou criminosos em geral. O discurso adotado pelos entrevistados revelou que a simples adoção de uma ideologia à esquerda já sentencia o indivíduo a ser encarado como uma brecha para que o crime rumine. Essa intolerância com o que é politicamente contraditório está entremeada em toda a categoria, a exemplo da indignação expressada acerca do ideário de igualdade e justiça, e da adjetivação de quem é de esquerda. Curiosamente, um dos participantes, ao longo da entrevista, classificou-se como de esquerda. Foi o único caso dentre os participantes deste trabalho.

CONCLUSÃO

Após a análise dos dados, compreendeu-se, na medida do possível, de que forma as pessoas que defendem a intervenção militar no Brasil fundamentam e constroem as suas ideias. O ponto de partida começa com a problemática democracia brasileira.

A democracia é compreendida como um sistema que não pode oferecer soluções frente aos problemas que o Brasil enfrenta atualmente, logo, a aposta num regime ditatorial é válida. Entretanto, a confiança atribuída é controversa: como é que se defende um modelo de governo tão centralizador se o Estado foi relatado como o grande responsável pelos problemas que o país enfrenta?

Mas a apologética da ditadura tem outro defensor maior do que qualquer dispositivo de lógica forma: a nostalgia. Os que viveram os anos de ferro no Brasil relembrou o tempo com carinho enquanto os mais novos têm o seu panorama acerca do passado influenciado, principalmente, pelos familiares.

Mas além de representar um novo início para o Brasil e englobar sentimentos e esperanças, por mais que seja controverso, o regime ditatorial tem um mote recorrente: a defesa do país de alguma grande ameaça. Uma possível intervenção militar em tempos hodiernos seria pautada pela perspectiva do comunismo vencer e dominar o Brasil, algo que não se concretizaria facilmente.

Todavia, pelos entrevistados pertencerem a um tempo no qual a democracia impera, o discurso militarista deve, em princípio, vencer nas urnas. O candidato para as eleições de 2018 que incorpora os ideais da ditadura – e que possui amplo apoio dos

entrevistados em outros temas como legalização do porte de armas, aplicação da pena capital e defesa da propriedade privada – é o deputado Jair Messias Bolsonaro. O político posicionou-se favoravelmente acerca dos anos de ferro brasileiros, além de ser militar da reserva.

Apesar de incensar Bolsonaro, é notável que alguns relatos apresentaram que a vontade de votar no político advém dum rol de candidatos pouco confiáveis para 2018. Tendo em vista a escolha pelo o que parece mais interessante, aqui há outro elemento de conflito dentre os entrevistados: Bolsonaro é elogiado por possuir o mesmo ideário, entretanto, ainda pertence à administração Estatal.

A ausência de confiabilidade do Estado perante a população é agravada pela corrupção sistêmica que acomete todas as instâncias da política e até mesmo do mercado, o que leva ao movimento contraditório de simultâneo apoio e descrédito do deputado Jair Bolsonaro.

Mas não somente a corrupção é considerada o único fato de descrédito do Estado. Muitos entrevistados consideram a tributação compulsória, ou, em outras palavras, o simples recolhimento de impostos, como um ato criminoso contra a população. Os impostos não são revertidos em serviços de qualidade para os cidadãos, logo, os impostos foram considerados exercícios de prática despótica em plena democracia. Nesse movimento, a estrutura burocrática do Brasil é atacada e prega-se a redução desta em prol de maior “eficiência”. Se a eficiência contemplará toda a população e resolverá os problemas da nação, isso não foi mencionado nos dados.

A ineficácia do Estado na gestão do erário e suas instituições, inclusive, são consideradas geradoras de violência urbana. Aqui incorre outra contradição: paulatinamente se exige o retorno dum governo ditatorial no Brasil pelo endurecimento que o regime proporcionaria através da repressão, entretanto, o Estado é considerado um ente ineficaz. É relevante que houve um relato no qual a parceria entre os entes públicos e privados possam coadunar esforços na busca por uma solução contra a criminalidade, o que representa um modo de obter maior participação da população no governo.

Contudo, qualquer resposta acerca da aprovação do intervencionismo militar pode ser enriquecida através da caracterização de quem defende tal ideologia. Afinal de contas, a pergunta revela outra pergunta: como são caracterizados aqueles que defendem o intervencionismo militar?

Os dados são irrevogáveis: os defensores do militarismo identificam-se com valores conservadores, favoráveis ao capitalismo, defesa da propriedade privada, porte de arma de fogo para defesa pessoal, pena capital e são nacionalistas. Esse modo de ser dos entrevistados, que se declararam como de direita foi aglutinado numa espécie de práxis direitista que baliza os comportamentos dos seus adeptos. Entretanto, aqui mora a primeira contradição: são defensores do livre mercado, mas apoiam o intervencionismo político.

São orgulhosos de classificarem-se como direitistas, e tratam com bastante zelo o posicionamento adotado, principalmente quando se intitulam “cidadãos de bem” – o que demonstra uma espécie de enlevo moral. Contudo, a práxis direitista não é caracterizada somente pelos valores que residem em seu bojo, mas também pelo o que não é. Ser direita também é uma forma de negar a conduta esquerdista.

Entretanto, os dados evidenciaram que os participantes da pesquisa são completamente antagônicos com o que é politicamente contraditório. Rechaçam a esquerda em todos os aspectos políticos e morais, e não se furtaram no uso de termos depreciativos e da violência para reprimir a oposição.

São pessimistas acerca do futuro brasileiro, e isso influenciou diretamente na adoção do intervencionismo militar como um regime de governo possível. O horizonte democrático não ofereceu muitas saídas, logo, apostam numa futura ditadura com grande entusiasmo.

São extremamente céticos acerca do Estado. Consideram a tributação da população um crime por tolher a liberdade de fruição do capital e não ocorrer boas contrapartidas por parte do Estado no retorno dos impostos, entretanto, apoiam a intervenção militar na política e acreditam que o nacionalismo é essencial para a coesão social.

São preocupados com a escalada da violência urbana no Brasil e, como antídoto frente a este problema, optam pela adoção do regime militar como modo de endurecimento punitivo contra a criminalidade. De todo modo, os dados explicitam categoricamente que, afinal e contas, o Partido dos Trabalhadores e as suas últimas gestões são os únicos culpados por todos os problemas do país.

Contudo, existiram descobertas ao longo do trabalho e que permanecem relevantes para a compreensão e caracterização daqueles que apoiam o intervencionismo militar. A primeira descoberta é o fascismo como modo de ser adotado pela sociedade em

resposta à insegurança urbana. Esse problema atomiza a população, o que resulta num cenário propício de fortalecimento do fascismo e absorção desta pela população, o que desemboca na aprovação ante o intervencionismo militar e medidas autoritárias do Estado no intuito de endurecer a repressão.

A segunda descoberta consiste na contradição existente entre ser um defensor da ditadura em tempos democráticos: apesar da repulsa ante o Estado democrático, só se pode defender um modo de governo ditatorial pela liberdade de expressão que é inerente às democracias modernas, além de utilizar toda a extensão da sua individualidade para enunciar uma opinião em detrimento do que é realmente benéfico para os desígnios do país. Num cenário, de fato, ditatorial, a liberdade de expressão não é garantida.

E a terceira e última descoberta consiste na junção entre a práxis direitista, nacionalismo e militarismo na constituição do orgulho que os entrevistados pronunciaram quando classificaram-se como direitistas. Esse orgulho deriva da elevação moral da práxis direitista – elevação moral, aliás, providenciada em detrimento dos valores políticos de esquerda – em articulação com o que se busca no militarismo e no nacionalismo: forma de captar poder ante o cenário favorável de intervenção militar, fé opinativa (e policiamento da expressão alheia), a construção de uma figura que personifique autoridade e liderança (representada pelo candidato Jair Messias Bolsonaro), pureza grupal e a intenção de representar as intenções de fala de toda a população.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAUER, Martin; JOVCHELOVITCH, Sandra. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma Teoria Geral da Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros Editora, 1994.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Ideology and Power in Soviet Politics**. New York, 1962.

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho. **Projeto História**, São Paulo, n° 47, Ago., 2013.

DUVERGER, Maurice. **Institutions Politiques et Droit Constitutionnel**. Paris: PUF, 1970.

ESTEVES, João Pissarra: “Opinião Pública”. In: CORREIA, João Carlos; FERREIRA, Gil Batista; ESPIRITO SANTO, Paulo do (Orgs.). **Conceitos de Comunicação Política**. LabCom Books. 2010.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1995.

NETO, Otávio Cruz. O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SIGNATES, Luiz. Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. **Novos Olhares**, São Paulo, vol. 1, n° 1, 2012.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Jornadas de Junho e Revolução Brasileira. **Interesse Nacional**, São Paulo, Associação Interesse Nacional, ano 6, n° 23, Out./Dez., 2013.

SILVEIRINHA, Maria João. Opinião Pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens**. Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2004.

STEINKE, Sabrina. **A Repressão Política, Durante a Ditadura Civil-militar de 1964, no Piauí Relatada no Acervo da Comissão da Anistia**. In: XI Encontro Regional Nordeste de História Oral, 2017, Fortaleza.

STOPPINO, Mário: “Ditadura”. In: BOBBIO et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.